

RELIGIÃO E DEMOCRACIA EM NÍVEL LOCAL: OS VALORES DEMOCRÁTICOS DOS EVANGÉLICOS PAULISTANOS

Andressa Buttore Kniess¹
Deivison Henrique de Freitas Santos²

Resumo: Este artigo investiga se, e em que medida, o pertencimento a alguma denominação evangélica afeta a adesão dos fiéis paulistanos a valores convencionalmente atribuídos à democracia, como aqueles vinculados à tolerância, ao respeito às instituições e à preferência pelo regime democrático em detrimento de outras formas de governo. Para isso, utiliza-se um conjunto de dados obtidos por meio de um survey conduzido pelo Instituto Sivis e aplicado a uma amostra representativa da população eleitoral do município de São Paulo, em 2019 (N = 2417). Através de técnicas de análises descritivas e multivariadas, identifica-se que os evangélicos paulistanos apresentam resistência em aceitar indivíduos com opiniões políticas e morais opostas, dialogar com pessoas que possuam opiniões políticas divergentes e concordar que a democracia é sempre a melhor forma de governo, independente das circunstâncias. Contudo, a análise multivariada demonstra que, embora o pertencimento a alguma denominação evangélica exerça um efeito negativo sobre os valores democráticos dos fiéis, esse efeito não supera a influência exercida por variáveis socioeconômicas clássicas em estudos sobre cultura política, a saber, renda e escolaridade. Defende-se que os resultados estão em consonância com outras investigações que salientam a resistência de parte dos evangélicos brasileiros em se aproximar de grupos com valores morais e posições políticas divergentes. Argumenta-se, além disso, que, apesar de a religião se mostrar variável relevante, boas condições financeiras e educacionais continuam sendo fatores fundamentais para o desenvolvimento de uma cultura mais democrática.

Palavras-chave: Cultura Política; Valores Democráticos; Evangélicos; São Paulo

Recebido em: 22/04/2020

Aceito em: 01/09/2020

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. E-mail: andressakniess@gmail.com

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. E-mail: deivisonfreitas@yahoo.com.br

RELIGION AND DEMOCRACY AT LOCAL LEVEL: THE DEMOCRATIC VALUES OF THE PAULISTAN EVANGELICALS

Abstract: This article investigates if, and to what extent, belonging to some evangelical denomination affects the adherence of the religious people of São Paulo to values conventionally attributed to democracy, such as those linked to tolerance, respect for institutions and preference for the democratic regime over other forms of government. For this, it is used a set of data obtained through a survey conducted by the Sivos Institute and applied to a representative sample of the electoral population of São Paulo, in 2019 (N = 2417). Through descriptive and multivariate analysis techniques, it is identified that evangelicals from São Paulo are resistant to accepting individuals with opposing political and moral opinions, dialoguing with people who have divergent political opinions and agreeing that democracy is always the best form of government, regardless circumstances. However, the multivariate analysis shows that, although belonging to some evangelical denomination has a negative effect on the democratic values, this effect does not surpass that exercised by classic socioeconomic variables in studies of political culture, namely income and education. It is argued that the results are in line with other investigations that highlight the resistance of part of Brazilian evangelicals to approach groups with divergent moral values and political positions. Furthermore, it is argued that, although religion proves to be a relevant variable, good financial and educational conditions continue to be fundamental factors for the development of a more democratic culture.

Key words: Political Culture; Democratic Values; Evangelicals, São Paulo

1. Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre religião e valores democráticos na cidade de São Paulo. Mais exatamente, busca-se compreender se, e em que medida, o pertencimento a alguma denominação evangélica afeta a adesão dos fiéis a valores convencionalmente atribuídos à democracia, como aqueles vinculados à tolerância, ao respeito às instituições e à preferência pelo regime democrático em detrimento de outras formas de governo (Norris e Inglehart, 2019; Ribeiro e Borba, 2019; Casalecchi, 2018; Gibson, 2011; Dalton, Shin e Jou, 2007; Moisés, 1995). Embora a relação entre religião, política e democracia no Brasil não se trate de uma novidade (Silva, 2017; Freston, 2001), o cenário recente tem despertado a atenção de diversos pesquisadores que se debruçam sobre esse tema. O crescimento das denominações evangélicas no país, a capacidade de adaptação desses grupos religiosos e a sua disposição em, cada vez mais, participar ativamente do jogo democrático têm sido foco de várias investigações (Ortunes, Matinho e Chaia, 2019; Smith, 2019; Tanaka, 2018; Cerqueira, 2017; Machado, 2012; Bohn, 2007, 2004; Oro, 2003; Mariano e Pierucci, 1992).

A atuação política e social de segmentos religiosos, em especial dos evangélicos, trata-se de elemento presente em diversas sociedades ao redor do mundo (Urtubia, Colombo e Rojas, 2019; Carbonelli, 2016; Patterson, 2004; Layman, 1997; Bebbington, 1989). No âmbito nacional, enquanto alguns estudos se preocupam em entender as dinâmicas relacionadas ao “voto evangélico” (Rodrigues-Silveira e Cervi, 2019; Rodrigues e Fuks, 2015; Pierucci, 2011), outros investigam a capacidade de mobilização eleitoral dos fiéis e instituições desse grupo (Smith, 2019; Cerqueira, 2017). Não obstante, pesquisas também se dedicam a compreender as distintas formas de ação política das organizações eclesiais e dos agentes políticos que as integram (Lacerda, 2017; Tanaka, 2018). Em se tratando dos valores que norteiam a atuação dessa camada da sociedade brasileira, vários trabalhos salientam o conservadorismo acerca de certos temas sociais, como o aborto, mas também acentuam o papel das igrejas como importantes espaços de socialização que ensejam o desenvolvimento de habilidades cívicas e a promoção de um senso de comunidade entre os fiéis (Smith, 2019; Ribeiro e Walter, 2017).

É nessa seara de investigações que o estudo ora apresentado busca se inserir. Apesar de o vínculo entre religião, política e democracia no Brasil ser um tema central em diversas pesquisas, como as indicadas acima, ainda permanecem escassas as investigações que buscam apreender tais relações em contextos não-eleitorais (Ribeiro e Walter, 2017; Walter, 2019). Ademais, existem poucos estudos que se propõem, especificamente, a mensurar os valores democráticos dos evangélicos, sobretudo através de amostras representativas que permitam promover inferências sobre os comportamentos que caracterizam esses indivíduos (Moreira, 2013). Argumenta-se, aliás, que entender a relação entre religião e democracia tendo em vista a comunidade evangélica se trata de atividade pertinente, também, por contemplar um segmento religioso que vem ocupando

espaços centrais tanto nas esferas de representação quanto no debate público do país (Smith, 2019; Borges, Babireski e Bolognesi, 2017; Pierucci, 2011; Novaes, 2001).

Diante desse contexto, a cidade de São Paulo se mostra uma localidade chave por ser a maior metrópole brasileira, com cerca de doze milhões de habitantes³. Essa concentração populacional é caracterizada por uma imensa diversidade social que se reflete no universo eclesiástico do município, marcado por uma pluralidade de organizações e práticas religiosas (Jacob et al., 2004; Miranda, 2000). No que diz respeito aos evangélicos, em particular, Almeida (2004) destaca que, em São Paulo, há uma significativa quantidade de templos religiosos das principais denominações do país, como a Igreja Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus, que, juntas, possuem mais da metade dos fiéis desse segmento (IBGE, 2010). Assim, supõe-se que os comportamentos dos residentes da cidade de São Paulo apresentam algumas semelhanças com o restante do país. É claro que tais semelhanças não devem ser assumidas de forma absoluta, mas o caso paulistano pode oferecer indícios do que, potencialmente, ocorre em outras regiões do Brasil.

À vista disso, a questão de pesquisa que norteia o presente estudo é: *Em que medida o pertencimento a alguma denominação evangélica afeta a anuência dos fiéis paulistanos a valores essenciais ao ambiente democrático?*

O texto segue dividido em cinco partes, além desta introdução. Primeiro, são discutidos aspectos fundamentais da literatura especializada sobre cultura política e democracia. Em seguida, salienta-se os elementos que caracterizam as dinâmicas existentes entre religião, política e democracia, oferecendo especial atenção para o caso brasileiro. A terceira seção expõe as estratégias metodológicas e, posteriormente, são apresentados os resultados da investigação. Por fim, são discutidos os principais achados desta pesquisa.

2. CULTURA POLÍTICA E VALORES DEMOCRÁTICOS

Entre as últimas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI, o mundo presenciou o advento de mais de cinquenta novas democracias (Moisés, 2019). Entretanto, nos últimos anos, há uma preocupação dos analistas em relação a países que restringem ações da oposição, violam o Estado de Direito e constroem a liberdade de imprensa, mesmo que, por vezes, os processos eleitorais não sejam interrompidos (Santos, Hoffman e Duarte, 2020; Norris e Inglehart, 2019; Moisés, 2019; Levitsky e Ziblatt, 2018). Segundo o Índice de Democracia da *The Economist Intelligence Unit* (2020), em 2019, a pontuação média da democracia global teve seu pior resultado desde 2006 (ano em que o índice começou a ser realizado). No caso brasileiro, a

³ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

pontuação (que varia de 0 a 10) caiu de 7,38, em 2006, para 6,86, em 2019. Cinco dimensões são consideradas para a construção do índice: processo eleitoral, funcionamento de governo, participação política, cultura política e liberdades civis. O pior desempenho do Brasil se refere à cultura política.

De acordo com a perspectiva culturalista – inaugurada pelo clássico trabalho de Almond e Verba (1989 [1963]), *The civic culture* – a cultura política é uma variável que interfere nos sistemas políticos e, portanto, tem impacto sobre a qualidade e a estabilidade da democracia. Segundo esses autores, a cultura política é um conjunto de orientações e atitudes compartilhadas por indivíduos de uma sociedade acerca do sistema político e dos seus próprios papéis no âmbito desse sistema. Esse conjunto de orientações e atitudes, por sua vez, tem origem em valores e crenças formados a partir das experiências vividas em diferentes espaços de socialização – por exemplo, família, escola, igreja, associações ou sindicatos.

Apesar das críticas ao trabalho supracitado (Moisés, 2008), a matriz culturalista se estabeleceu como importante arsenal teórico-metodológico para a Ciência Política (Lazzari, 2016; Peres, 2008). Com isso, a questão de pesquisa levantada por Almond e Verba (1989) – de que forma valores e orientações políticas individuais influenciam a qualidade dos regimes democráticos? – passou a ser objeto de investigação de outros importantes autores da área (Putnam, 2015, 1993; Norris, 1999; Inglehart, 1977).

No Brasil, parte da literatura especializada tem investigado a adesão dos brasileiros ao regime democrático mensurando o apoio normativo à democracia e aos seus princípios fundamentais (Fuks et al., 2016; Casalecchi, David e Quaresma, 2013) – abordagem ligada à cultura política; e mensurando as avaliações dos brasileiros a respeito do funcionamento das instituições democráticas e do desempenho de atores políticos (Meneguello, 2013; Moisés e Carneiro, 2008; Moisés, 2005a, 2005b) – abordagem ligada à teoria da escolha racional (Downs, 1999). Essas duas interpretações derivam da perspectiva de Easton (1968), segundo a qual os cidadãos podem apoiar a democracia de forma difusa e de forma específica. Enquanto a primeira se refere a valores construídos durante um longo processo de socialização, a segunda está relacionada a questões contextuais.

Quando as duas dimensões de análise são comparadas, conclui-se que, em âmbito nacional, a insatisfação com a democracia está associada tanto a variáveis de cultura cívica, quanto a variáveis conjunturais (Moisés, 2008; Moisés e Carneiro, 2008; Ribeiro, 2007). Contudo, enquanto há uma crescente adesão normativa à democracia no Brasil, cresce também a desconfiança em relação às instituições democráticas (Meneguello, 2013; Moisés, 2013). Na perspectiva de Santos, Hoffman e Duarte (2020), mais do que qualquer outro povo sul-americano, os brasileiros estariam dispostos a abolir o sistema de representação. Para Moisés (2008:36), “a experiência de práticas de corrupção envolvendo governos, partidos políticos e membros do Congresso Nacional [...]

ajuda a explicar a escolha que tantos cidadãos fazem de modelos de democracia sem partidos e sem Congresso Nacional”.

Ressalte-se que o estudo em tela dialoga com a perspectiva culturalista uma vez que o objetivo é, justamente, verificar em que medida um espaço de socialização (neste caso, o pertencimento a igrejas evangélicas) afeta os valores democráticos dos paulistanos.

No que tange à forma de analisar a adesão democrática, alguns trabalhos vêm demonstrando que mensurar o apoio dos cidadãos à democracia somente a partir de questões diretas pode não ser suficiente, visto que algumas pessoas apresentam opiniões ambivalentes em relação ao regime e aos seus princípios basilares (Casalecchi, 2018; Fuks et al., 2016; Moisés, 2008; Schedler e Sarsfield, 2007). Ou seja, não basta apenas perguntar aos entrevistados se a democracia é ou não a melhor forma de governo, é preciso também indagar, por exemplo, se o apoio ao regime muda de acordo com questões contextuais e se há tolerância política em relação a grupos divergentes (Ribeiro e Borba, 2019; Ribeiro e Fuks, 2019; Casalecchi, 2018).

No caso do Brasil, Fuks et al. (2016) questionam o quão democráticos são os democratas brasileiros e, a partir dos dados do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP)⁴, de 2012, demonstram que, dentre os entrevistados que disseram preferir a democracia a qualquer outra forma de governo, somente 57% discordam de que pode haver uma democracia sem partidos políticos, 75% rejeitam um golpe militar, mesmo em circunstâncias de alto desemprego, criminalidade e corrupção, e 73% apoiam manifestações e protestos da sociedade civil. A garantia de eleições foi o único princípio democrático que recebeu apoio de mais de 90% dos democratas. Mobilizando dados de 2002 e 2004, Moisés (2008) chega a conclusões semelhantes: quase 20% dos democratas e quase 40% dos ambivalentes (nome dado pelo autor aos entrevistados que não se opõem à democracia, mas não estão seguros de que ela é preferível a qualquer outra forma de governo) concordam que um governo militar pode solucionar mais problemas. Além disso, mais de 45% dos democratas e 66% dos ambivalentes apoiam regimes não democráticos se for para resolver problemas econômicos. Ou seja, o que esses trabalhos demonstram é que, mesmo entre os democratas brasileiros, não é possível identificar apoio consistente a alguns princípios fundamentais à democracia.

Esses resultados podem estar relacionados à dificuldade que alguns brasileiros têm em entender o que é um regime democrático. Moisés (2013) demonstra que, em 2006, quase 30% dos brasileiros não sabiam explicar, com suas próprias palavras, o que caracteriza uma democracia (em 1989, esse número chegava a quase 50% dos entrevistados). Meneguello (2006), por sua vez, acentua que, no Brasil, a adesão à democracia está associada à valorização das eleições – o que justifica a ampla adesão a esse princípio democrático encontrada por Fuks e colegas (2016).

⁴ Disponível em: <<https://www.vanderbilt.edu/lapop/>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

É importante destacar outras variáveis que vêm sendo consideradas pela literatura especializada e que são relevantes para este trabalho. A primeira delas é o capital social, que tem sua importância evidenciada por Baquero (2003, 2008). Segundo o autor, a legitimidade de um regime político não depende somente do funcionamento das instituições, mas também do apoio normativo que recebe da esfera pública. E é através de atividades associativas que os cidadãos se engajam em ações que envolvem cooperação e tolerância – valores essenciais à democracia. Como será discutido na seção seguinte, alguns autores afirmam que atividades religiosas podem impulsionar esses valores entre os fiéis (Putnam, 2015; Jones-Correa e Leal, 2001; Verba, Schlozman e Brady, 1995).

A importância da tolerância política para a formação de valores democráticos também vem sendo ressaltada pela literatura (Gibson, 2011; Marquart-Pyatt e Paxton, 2007; Sullivan e Transue, 1999). Ribeiro e Borba (2019) utilizam a série histórica de dados do LAPOP e demonstram que, no contexto brasileiro, há uma associação estatisticamente relevante entre tolerância e apoio à democracia. Além disso, esses autores comprovam que os tolerantes ainda são maioria no Brasil, apesar de terem diminuído a partir de 2014, o que, segundo os autores, pode ser um reflexo da crise política iniciada em 2013. A tolerância política é uma variável relevante a este trabalho, uma vez que há pesquisas demonstrando que os brasileiros evangélicos tendem a ser menos tolerantes, especialmente no que se refere ao movimento LGBTQIA+ (Moreira, 2013; Bohn, 2004).

Por fim, vale salientar a importância de variáveis socioeconômicas para a adesão à democracia e a seus princípios elementares. Ao estudar as atitudes democráticas de latino-americanos, Casalecchi (2018) comprova que renda, escolaridade e idade exercem influência positiva sobre a preferência pela democracia e sobre o compromisso com o regime democrático (mensurado pela rejeição a alternativas autoritárias em períodos adversos). Além disso, a variável sexo também importa no segundo caso: pessoas do sexo masculino tendem a apresentar maior rejeição a alternativas autoritárias. Moreira (2013) se concentra no caso brasileiro e confirma a importância de escolaridade e idade para a adesão democrática. E os resultados de Moisés (2008), que também trata do caso brasileiro, são semelhantes: opiniões autoritárias e ambivalentes tendem a ser mais frequentes entre mulheres, com baixa escolaridade e com menos de 39 anos.

A seção seguinte apresenta o debate da literatura especializada acerca da religião, principal variável independente mobilizada pelo estudo ora apresentado. Ademais, faz-se uma breve exposição a respeito da história de evangélicos e protestantes no Brasil.

3. RELIGIÃO, POLÍTICA E DEMOCRACIA

Ao se observar a atual relevância conferida à religião e às organizações religiosas pelo mundo, percebe-se que, na contramão do que foi defendido por parte das teses da secularização,

as crenças religiosas ainda se tratam de elemento importante para se compreender as dinâmicas sociais e políticas presentes em diferentes contextos (Pollack, 2015; Moreira, 2013; Norris e Inglehart, 2011). Em pesquisa recente desenvolvida pelo *Pew Research Center*, por exemplo, foi identificado que, nos Estados Unidos, aproximadamente metade da população acredita que a Bíblia deveria exercer alguma influência sobre as leis norte-americanas⁵. No âmbito nacional e latino-americano, por sua vez, o *Latinobarômetro* acentua a significativa confiança atribuída às instituições religiosas em diversos países⁶. Nesse sentido, a religião continua sendo uma variável relevante quando se pretende explicar os hábitos e comportamentos de certos grupos sociais, sobretudo quando se fala do papel exercido pelas crenças e organizações eclesiais na adoção de práticas e atitudes fundamentais em um regime democrático (Smith, 2019; Bohn, 2004, 2007; Patterson, 2004; Jelen, 1995).

Como já indicado acima, é nesse campo de investigações que o estudo ora apresentado busca se inserir. Argumenta-se que compreender as relações entre religião e democracia se trata de atividade pertinente por contemplar atores cada vez mais relevantes no cenário político de diversos países (Norris e Inglehart, 2011). A presente investigação se debruça sobre um grupo específico de fiéis que vem se destacando, no Brasil, em diferentes esferas da vida pública: os evangélicos. Não se descarta aqui a importância de outras religiões, como a católica e as de origem africana (Azevedo, 2004; Prandi, 2003). Entretanto, o crescimento no número de fiéis e de igrejas evangélicas vem conferindo a esse grupo um papel de destaque no contexto político nacional (Cerqueira, 2017; Lacerda, 2017; Alves e Cassotta, 2016; Almeida, 2004).

Em análise sobre o quadro religioso britânico, Bebbington (1989) acentua quatro elementos que caracterizam os evangélicos: (1) a crença de que vidas precisam ser transformadas; (2) a necessidade de expressar a fé cristã e converter outros indivíduos; (3) a centralidade e o significativo respeito pela Bíblia; e (4) a ênfase na morte e ressurreição de Cristo pela salvação da humanidade⁷. Embora tais características apresentem semelhanças com o caso brasileiro, é importante destacar que o cenário religioso nacional é definido por uma enorme fragmentação (Mariano, 2014[1999]; Freston, 2001, 1995; Almeida e Montero, 2001).

Durante muitos anos, especialmente entre os séculos XIX e XX, as igrejas protestantes históricas, ou protestantes de imigração, dominaram o campo religioso não-católico no Brasil – alguns exemplos de tais denominações são as igrejas Luterana, Metodista, Presbiteriana e Batista (Feitoza, 2019; Campos, 2011). No entanto, ao longo do século XX, ocorreram mudanças

⁵ Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/fact-tank/2020/04/13/half-of-americans-say-bible-should-influence-u-s-laws-including-28-who-favor-it-over-the-will-of-the-people/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

⁶ Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

⁷ "There are the four qualities that have been the special marks of Evangelical religion: *conversionism*, the belief that lives need to be changed; *activism*, the expression of the gospel in effort; *biblicism*, a particular regard for the Bible; and what may be called *crucicentrism*, a stress on the sacrifice of Christ on the cross. Together they form a quadrilateral of priorities that is the basis of Evangelicalism" (Bebbington, 1989:2-3).

consistentes no ambiente religioso do país em decorrência da chegada e consolidação de igrejas pentecostais, como a Congregação Cristã no Brasil e a Assembleia de Deus (Campos, 2011; Pierucci, 2004). No decorrer do referido século, houve uma profunda pluralização no contexto religioso brasileiro em razão do surgimento de outras denominações pentecostais, como as igrejas Deus é Amor, Brasil Para Cristo e do Evangelho Quadrangular (Freston, 1995). Tal diversificação ficou ainda mais evidente após a emergência de novos empreendimentos religiosos ao longo dos anos de 1970/80, o que ficou conhecido como a terceira “onda” do pentecostalismo no Brasil⁸ (Freston, 1995) – foi nessa conjuntura que surgiu, por exemplo, a Igreja Universal do Reino de Deus (Mariano, 2004).

As transformações mencionadas acima geraram mudanças relevantes no que diz respeito às práticas dos evangélicos no país (Campos, 2011). Enquanto algumas denominações se fecharam em si mesmas, outras se adaptaram ao cenário de competitividade que passou a vigorar no universo religioso nacional (Campos, 2011; Freston, 2001). Além da intensificação do sincretismo religioso, várias denominações expandiram o seu campo de atividades para outros setores da vida pública, investindo na aquisição de plataformas de comunicação de massa e na participação ativa na política institucional, especialmente a partir das eleições de 1986 para a Assembleia Constituinte (Silva, 2017; Mariano, 2014; Pierucci, 2011; Novaes, 2001; Montero, 2006; Mariano e Pierucci, 1992).

Embora haja diferenças significativas entre as denominações que compõem o universo protestante/pentecostal no Brasil (Campos, 2011), o fato é que esse segmento vem se tornando cada vez mais influente nas dinâmicas políticas do país, atuando em diferentes dimensões da vida político-partidária nacional (Cassotta, 2019; Smith, 2019; Tanaka, 2018; Cerqueira, 2017; Oro, 2003; Freston, 2001). O “voto evangélico”, por exemplo, tem despertado o interesse de distintos grupos políticos e sido elemento de preocupação para os candidatos a cargos eletivos no momento da definição de suas propostas e alianças político-eleitorais (Rodrigues-Silveira e Cervi, 2019; Rodrigues e Fuks, 2015; Mariano, 2014; Pierucci, 2011; Oro, 2003; Mariano e Pierucci, 1992). Diante desse contexto, analisar os valores democráticos dessa camada da sociedade brasileira se trata de atividade fundamental para melhor compreender as dinâmicas que caracterizam o jogo democrático do país.

Muitos estudos têm se debruçado sobre a relação entre religião e as práticas que definem um regime democrático. No clássico *Voice and Equality*, Verba, Schlozman e Brady (1995) desenvolvem o modelo de voluntarismo cívico com o intuito de explicar como ocorre a participação política nos Estados Unidos. Segundo os autores, os indivíduos não participam porque não podem, não querem ou porque não foram convidados. Salienta-se, então, que as instituições religiosas podem ensejar a participação política, por exemplo, ao permitirem o desenvolvimento de habilidades cívicas de seus membros e ao possibilitarem a formação de redes

⁸ Mariano (2014), porém, aborda essas novas organizações religiosas a partir do conceito de neopentecostalismo.

de recrutamento e de estímulo ao engajamento político. Em perspectiva semelhante, Putnam (2015[2000]) afirma que, nos Estados Unidos, indivíduos religiosamente ativos são mais propensos a votarem e a se envolverem em organizações seculares, uma vez que as igrejas contribuem com a formação de capital social e de práticas cívicas, como proferir palestras, conduzir reuniões e assumir responsabilidades administrativas.

Analisando a influência da religião sobre o comportamento político norte-americano, Layman (1997) aponta que o pertencimento a determinadas denominações afeta não somente o grau de partidatismo de um indivíduo como, também, fatores relacionados à escolha eleitoral e ao modo pelo qual os fiéis lidam com questões sociais específicas, a exemplo do aborto. Investigando o caso de estudantes israelenses, Canetti-Nisim (2004) demonstra que a religiosidade possui um efeito negativo, porém não direto, sobre a adesão à democracia. O autor desenvolve diferentes escalas com o objetivo de mensurar as relações existentes entre religiosidade, autoritarismo e valores democráticos. Após associar as escalas entre si, o pesquisador identifica que a influência negativa da religiosidade é mediada por valores autoritários que, embora estejam positivamente relacionados com aspectos religiosos, apresentam um efeito mais consistente, e negativo, sobre o suporte à democracia.

Comparando os valores democráticos dos protestantes e católicos na Argentina e no Chile, Patterson (2004) evidencia que, nesses países, a religião se apresenta como variável relevante para se compreender a forma pela qual os fiéis se relacionam com o sistema democrático. Entretanto, ao controlar tais relações por outras variáveis, o pesquisador demonstra que características como o status socioeconômico, o interesse pela política (no caso do Chile) e a sensação de eficácia política (Argentina) explicam mais o suporte à democracia do que elementos ligados à religião.

Ribeiro e Walter (2017) destacam que, no Brasil, membros de instituições religiosas são mais suscetíveis à participação política convencional e não convencional. Especificamente sobre os evangélicos, mesmo que essas congregações não impulsionem ações políticas não institucionalizadas (como participar de manifestações ou boicotes), os autores ressaltam que são estatisticamente significativas para a participação em audiências públicas e associações de bairros. Não obstante, Smith (2019) salienta que evangélicos e católicos que comparecem a serviços religiosos com mais frequência apresentam maior disposição para entrar em contato com os seus representantes políticos, assinar petições e participar de esforços com o objetivo de melhorar a vida em comunidade. Em consonância com tais estudos, Machado e Burity (2014:611) apontam que lideranças religiosas pentecostais, muitas vezes, demonstram “um grau de compromisso e compreensão da democracia” próximos à concepção liberal, no sentido de não questionarem valores e instituições centrais como a liberdade de expressão e consciência, o pluripartidarismo e o voto como forma de expressão das demandas da sociedade.

Esses trabalhos validariam a hipótese de que as instituições religiosas brasileiras contribuem com a formação de valores democráticos, pois impulsionam a participação de seus fiéis na vida em sociedade. Contudo, em se tratando dos evangélicos, no Brasil e no restante da América Latina, há perspectivas opostas. Existe, de fato, uma reação conservadora de parte desses grupos religiosos diante de algumas questões sociais, como as conquistas do movimento LGBTQIA+ e as discussões acerca da descriminalização do aborto (Carbonelli, 2016; Machado, 2012; Bohn, 2004). De acordo com Smith (2019), desaprovando comportamentos que rompem com o tradicionalismo familiar não necessariamente se traduz em intolerância política – uma pessoa pode, por exemplo, desaprovando individualmente relações homoafetivas, mas reconhecer os direitos políticos de grupos homossexuais. No entanto, segundo a autora, não é o que ocorre nas igrejas evangélicas brasileiras, uma vez que essas congregações promovem, em certa medida, um conservadorismo autoritário ao pregarem uma teologia dualista de “nós contra eles”.

Tratando-se dos valores democráticos dos evangélicos no Brasil, portanto, percebe-se que a literatura, além de escassa, ainda é inconclusiva. De um lado, pesquisas apontam as vantagens do pertencimento a certos grupos religiosos no que se refere à participação e ao engajamento político dos fiéis (Ribeiro e Walter, 2017; Smith, 2019; Walter, 2019). De outro, acentuam a relação conflituosa de parte dos evangélicos com certos grupos da sociedade, a exemplo da comunidade LGBTQIA+ e das religiões afro-brasileiras (Moreira, 2013; Machado, 2012; Bohn, 2007; Silva, 2007). Diante desse cenário, torna-se fundamental aprofundar o debate sobre religião e democracia por meio de pesquisas que se dediquem a avaliar, empiricamente, as relações que certos segmentos religiosos, como os evangélicos, possuem com valores elementares ao ambiente democrático. Uma vez que a literatura ainda apresenta lacunas importantes, especialmente para o caso nacional, o estudo ora apresentado se propõe a analisar os valores democráticos dos evangélicos paulistanos a partir de uma questão de pesquisa, que propõe a seguinte indagação: *Em que medida o pertencimento a alguma denominação evangélica afeta a anuência dos fiéis paulistanos a valores essenciais ao ambiente democrático?*

4. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Os dados aqui apresentados provêm de um *survey* aplicado a uma amostra representativa da população eleitoral da cidade de São Paulo. A elaboração e a aplicação dos questionários fazem parte do Índice de Democracia Local, um projeto realizado pelo Instituto Sivis⁹. O projeto envolve cinco dimensões de análise: 1) processo eleitoral; 2) liberdades e direitos; 3) funcionamento do governo local; 4) participação política; e 5) cultura democrática. As primeiras

⁹ Organização apolítica e sem fins lucrativos sediada em Curitiba. O Instituto Sivis se propõe a desenvolver pesquisas que visam aprimorar a democracia brasileira. Para mais, ver: <<https://sivis.org.br/sobre-nos/>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

três dimensões consistem em uma pesquisa realizada com 32 especialistas, enquanto as duas últimas se referem a um conjunto de entrevistas aplicadas a 2417 residentes do município em questão.

Diante dos objetivos do presente estudo e dos elementos destacados na revisão de literatura, as variáveis dependentes compreendem cinco questões relacionadas à última dimensão da pesquisa mencionada acima (cultura democrática). Tais questões – apresentadas logo abaixo – foram selecionadas por se mostrarem em consonância com a proposta desta investigação, sobretudo no que se refere à análise dos valores democráticos dos evangélicos de forma a se considerar fatores que sobre-excedem o mero apoio direto ao regime (Ribeiro e Borba, 2019; Casalecchi, 2018; Fuks et al., 2016; Schedler e Sarsfiels, 2007). Destaca-se que, em todos os casos, o entrevistado escolheu somente uma opção de resposta.

I) Quão aceitável é para o (a) sr./sra. que indivíduos possuam e expressem opiniões políticas e morais opostas às suas, mesmo que elas confrontem seus interesses ou ofendam seus valores? 1) Inaceitável; 2) Pouco aceitável; 3) Aceitável; 4) Muito aceitável.

II) Com qual frequência o (a) sr./sra. dialoga com pessoas com posições políticas divergentes das suas? 1) Nunca; 2) Raramente; 3) Às vezes; 4) Frequentemente; 5) Sempre.

III) No contexto de um debate político, quão disposto o (a) sr./sra. estaria a mudar de opinião caso a pessoa com quem esteja debatendo apresente argumentos bem fundamentados? 1) Nada disposto; 2) Pouco disposto; 3) Disposto; 4) Muito disposto.

IV) Em que grau o (a) sr./sra. concorda com a seguinte frase: “É importante obedecer às leis e ao governo independentemente de os políticos no poder serem aqueles nos quais eu votei ou não”? 1) Discorda totalmente; 2) Discorda em parte; 3) Concorda em parte; 4) Concorda totalmente.

V) Em que grau o (a) sr./sra. concorda com a seguinte frase: “A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, independente das circunstâncias”? 1) Discorda totalmente; 2) Discorda em parte; 3) Concorda em parte; 4) Concorda totalmente.

A principal variável independente da investigação é a religião dos entrevistados. No questionário, essa variável se apresenta da seguinte forma:

O (A) sr./sra. pertence a alguma religião ou grupo religioso? Se sim, qual? 1) Não pertence a nenhuma religião; 2) Católico romano; 3) Protestante; 4) Ortodoxo (Russo/Grego/etc.); 5) Judeu; 6) Muçulmano; 7) Hindu; 8) Budista; 9) Espírita; 10) Evangélico; 11) Religiões de origem africana (umbanda, candomblé, etc.); 12) Religiões de origem indígena; 13) Outra.

Como a pesquisa em tela está interessada, especialmente, nos fiéis evangélicos, as categorias destacadas acima foram reagrupadas. A nova categorização divide os religiosos em quatro grupos: 1) *Evangélicos/Protestantes*; 2) *Católicos*; 3) *Outras religiões*; 4) *Não pertence a nenhuma religião*¹⁰.

A opção por reunir evangélicos e protestantes em uma só variável se deu por duas razões, uma teórica e outra prática. Do ponto de vista teórico, embora o desenvolvimento da religião evangélica no país seja caracterizado por uma profunda fragmentação, conforme discutido anteriormente, alguns estudos têm apontado uma aproximação entre igrejas do protestantismo histórico e igrejas pentecostais¹¹. Almeida (2004), por exemplo, salienta a “pentecostalização do protestantismo histórico”. Segundo o autor, para sobreviver em um cenário marcado pela competitividade e pelo crescimento pentecostal, as igrejas históricas estariam absorvendo práticas comuns a essas últimas em um movimento de “renovação”. A razão prática, por sua vez, refere-se ao fato de que somente 55 entrevistados se declararam como protestantes, e, quando tratados separadamente, evangélicos e protestantes não demonstraram diferenças consistentes em suas posições – resultado similar, aliás, é encontrado por Moreira (2013) no caso nacional. Diante disso, e dada a proximidade histórica dos dois grupos (Feitoza, 2019; Campos, 2011), optou-se por reuni-los em apenas uma categoria: *Evangélicos*.

A análise do material se divide em duas partes. Em um primeiro momento, são apresentados os cruzamentos entre as variáveis dependentes indicadas acima com a variável *Religião*. A fim de verificar se há associação estatisticamente significativa, utiliza-se o teste de Qui-quadrado, empregado para confirmar ou refutar uma hipótese de dependência entre duas variáveis categóricas. Para isso, observa-se se o nível de significância do teste (*p-value*) está ou não abaixo do limite crítico, que é de 0,05. Quando isso ocorre, rejeita-se a hipótese nula e fica comprovada a associação entre as duas variáveis. Além do Qui-quadrado, são apresentados os resíduos padronizados das frequências, que servem para verificar a diferença entre os valores observados e os valores esperados de uma distribuição. Com o intervalo de confiança de 95%, consideram-se significativos os valores acima de 1,96 e abaixo de -1,96 (Kellstedt e Whitten, 2015; Cervi, 2014).

Em um segundo momento, providencia-se um modelo de regressão linear múltipla a fim de analisar, mais precisamente, em que medida o pertencimento a alguma denominação evangélica afeta os valores democráticos dos entrevistados, especialmente quando essa relação

¹⁰ Como os católicos representam cerca de 30% dos entrevistados, optou-se por classificá-los separadamente. As demais religiões foram todas agrupadas na categoria: *Outras religiões*.

¹¹ Parte-se do princípio de que os respondentes que se declararam evangélicos são aqueles identificados com igrejas relacionadas a alguma das três “ondas” do pentecostalismo (Freston, 1995), enquanto os que se declararam protestantes pertencem às igrejas evangélicas históricas (Feitoza, 2019). Ressalte-se que a formulação da pergunta no questionário não permite a diferenciação clara das distintas denominações que compõem esse universo religioso.

é controlada por outras variáveis potencialmente relevantes (Kellstedt e Whitten, 2015). A regressão linear múltipla permite analisar em que medida mudanças em um conjunto de variáveis independentes produzem alterações em uma variável dependente (Stockemer, 2019; Kellstedt e Whitten, 2015). Para a realização do referido teste, as variáveis I, II, III, IV e V, destacadas anteriormente, foram transformadas em apenas uma variável dependente: um Índice de Valores Democráticos (IVD) que varia de 5 a 21 e que foi construído a partir da somatória das respostas dos entrevistados a essas variáveis – *Alfa de Cronbach* = 0,608 (Babbie, 2003). Quanto mais próximo de cinco está o índice, menos democráticas foram as respostas dos entrevistados e quanto mais próximo de 21, mais democráticas.

Especificamente para a regressão, a principal variável independente, a religião dos entrevistados, foi transformada em variável dicotômica (0=Não evangélico | 1=Evangélico). Para a realização dos controles, foram consideradas variáveis sociodemográficas já consagradas pela literatura especializada (Norris e Inglehart, 2019; Fuks e Casalecchi, 2018; Ribeiro e Walter, 2017; Inglehart e Welzel, 2009; Moisés, 2008; Almond e Verba, 1989): *Escolaridade* (0=Sem ensino superior completo | 1=Com ensino superior completo); *Sexo* (0=Feminino | 1=Masculino); *Renda* (categorizada em seis pontos, indo da menor renda (R\$998) à maior renda (+R\$19,960)); e *Idade* (idade exata de cada respondente). Além disso, considera-se a frequência de participação em atividades religiosas como um preditor adicional potencialmente relacionado ao IVD (Walter, 2019; Jones-Correa e Leal, 2001; Verba, Schlozman e Brady, 1995). Essa variável se apresenta no questionário da seguinte forma: *Com qual frequência o (a) sr./sra. participa de reuniões ou eventos promovidos por grupos religiosos?* 1) *Nunca*; 2) *Raramente*; 3) *Às vezes*; 4) *Frequentemente*; 5) *Sempre*. A seguir, são apresentados os resultados da pesquisa.

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Antes de apresentar os cruzamentos entre as variáveis, a Tabela 1 expõe as frequências descritivas da variável *Religião*. Dentre os entrevistados na pesquisa, a maior parte declarou não pertencer a nenhuma religião (32,6%). Entre os religiosos, o destaque vai para os católicos, com 30% dos respondentes, e para os evangélicos, com 24,2%. A categoria que compreende outras religiões, por sua vez, conta com 12,4% dos entrevistados¹².

¹² Chama a atenção a alta porcentagem de entrevistados que disse não pertencer a nenhuma religião. Esse resultado difere dos dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, segundo o qual cerca de um milhão de residentes da cidade de São Paulo disse não ter religião, enquanto mais de seis milhões se declararam católicos e mais de dois milhões de declararam evangélicos. Essa divergência se deve – muito provavelmente – à forma como a pergunta foi feita aos entrevistados. Sendo assim, destaca-se que este trabalho não considera que os 789 respondentes que disseram não pertencer a nenhuma religião sejam ateus ou agnósticos, uma vez que muitos deles podem ter escolhido essa resposta apenas por não frequentarem templos religiosos. Como forma de contornar esse último ponto, utiliza-se, como variável preditora

Tabela 1 – Frequência de grupos religiosos

Religião	Frequência	Percentual
Evangélicos	586	24,2
Católicos	723	30
Outras religiões	299	12,4
Não pertence a nenhuma religião	789	32,6
Não responderam	20	0,8
Total	2417	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto Sivos (2020)

Iniciando a apresentação dos testes bivariados, a Tabela 2 expõe o cruzamento entre as variáveis *Religião* e *Aceitação a indivíduos que possuem e expressam opiniões políticas e morais opostas*. Uma vez que o nível de significância do teste de Qui-quadrado está bem abaixo do limite crítico (0,000), é possível rejeitar a hipótese nula e comprovar que há dependência estatisticamente significativa entre as duas variáveis.

Os resíduos padronizados (RP) mostram que há menos casos do que o esperado de evangélicos que responderam *Muito aceitável* a essa questão (-2,66). Os católicos também se mostraram menos democráticos, já que há 4,03 mais casos do que o esperado de indivíduos desse grupo religioso que responderam *Pouco aceitável*. Em contrapartida, há menos casos do que o esperado de indivíduos que responderam *Pouco aceitável* e seguem outras religiões (-2,27) ou que não pertencem a nenhuma religião (-2,60). No caso desse último grupo, o resíduo é positivo para a resposta *Muito aceitável* (2,96).

Vale olhar, também, para as frequências, uma vez que demonstram que, em todos os casos, a resposta mais recorrente foi *Aceitável*. Porém, de novo em todos os casos, o número de entrevistados que respondeu *Inaceitável* é maior do que o número de entrevistados que respondeu *Muito aceitável*.

adicional, a frequência de participação em atividades promovidas por grupos religiosos. Para mais, ver: <<https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/amostra/>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

Tabela 2 – Aceitação a indivíduos que possuem e expressam opiniões políticas e morais opostas

		Evangélicos	Católicos	Outras religiões	Nenhuma religião	Total
Inaceitável	Frequência (%)	138 (23,9%)	140 (19,9%)	57 (19,5%)	144 (18,4%)	479 (20,3%)
	RP	1,91	-0,27	-0,32	-1,18	
Pouco aceitável	Frequência (%)	154 (26,7%)	240 (34%)	57 (19,5%)	168 (21,5%)	619 (26,3%)
	RP	0,20	4,03	-2,27	-2,60	
Aceitável	Frequência (%)	235 (40,7%)	251 (35,6%)	134 (45,7%)	342 (43,7%)	962 (40,8%)
	RP	0,03	-2,16	1,31	1,27	
Muito aceitável	Frequência (%)	50 (8,7%)	74 (10,5%)	45 (15,3%)	128 (16,4%)	297 (12,6%)
	RP	-2,66	-1,57	1,32	2,96	
Total	Frequência (%)	577 (100%)	705 (100%)	293 (100%)	782 (100%)	2357 ¹³ (100%)

Qui-quadrado = 61,723 (0,000)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto Sivis (2020)

A Tabela 3 apresenta o cruzamento entre as variáveis *Religião* e *Frequência de diálogo com pessoas que possuem posições políticas divergentes*. Novamente, o teste de Qui-quadrado comprova a dependência entre as duas variáveis. De acordo com os resíduos padronizados, as respostas dos evangélicos foram menos democráticas, já que esse grupo optou por *Nunca* mais do que o esperado (2,26) e por *Frequentemente* menos do que o esperado (-3,82). Em contrapartida, indivíduos que pertencem a outras religiões e que não pertencem a nenhuma religião se mostraram mais democráticos. No caso dos indivíduos que pertencem a outras religiões, o resíduo é negativo para a resposta *Nunca* (-3,22) e positivo para a resposta *Frequentemente* (2,85). Aqueles que não pertencem a nenhuma religião também responderam *Frequentemente* mais do que o esperado (3,02).

As frequências descritivas, por sua vez, mostram que a resposta *Nunca* foi a mais recorrente entre evangélicos, católicos e indivíduos que não pertencem a nenhuma religião. Apenas os entrevistados que pertencem a outras religiões optaram mais pela resposta *Às vezes* (e mesmo assim com uma porcentagem muito próxima às respostas *Nunca* e *Raramente*).

¹³ A frequência total é menor do que o número de questionários (2417) porque 60 entrevistados optaram por não responder a pelo menos uma das variáveis dispostas na tabela.

Tabela 3 – Frequência de diálogo com pessoas que possuem posições políticas divergentes

		Evangélicos	Católicos	Outras religiões	Nenhuma religião	Total
Nunca	Frequência (%)	224 (38,2%)	252 (35%)	66 (22,1%)	244 (31%)	786 (32,9%)
	RP	2,26	0,97	-3,22	-0,90	
Raramente	Frequência (%)	154 (26,3%)	174 (24,1%)	66 (22,1%)	158 (20,1%)	552 (23%)
	RP	1,61	0,59	-0,33	-1,75	
Às vezes	Frequência (%)	113 (19,3%)	136 (18,9%)	68 (23%)	166 (21,1%)	483 (20,2%)
	RP	-0,48	-0,79	1,00	0,56	
Frequentemente	Frequência (%)	30 (5,1%)	60 (8,3%)	46 (15,4%)	107 (13,6%)	243 (10,2%)
	RP	-3,82	-1,54	2,85	3,02	
Sempre	Frequência (%)	65 (11,1%)	99 (13,7%)	52 (17,4%)	112 (14,2%)	328 (13,7%)
	RP	-1,71	0,01	1,74	0,39	
Total	Frequência (%)	586 (100%)	721 (100%)	298 (100%)	787 (100%)	2392 ¹⁴ (100%)

Qui-quadrado = 66,156 (0,000)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto Sivis (2020)

A Tabela 4 apresenta o cruzamento entre as variáveis *Religião* e *Disposição em mudar de opinião diante de argumentos bem fundamentados*. Mais uma vez, o Qui-quadrado comprova a associação estatisticamente significativa entre as variáveis. Entretanto, os resíduos padronizados não são significativos para o caso dos evangélicos. A distribuição só não é aleatória para indivíduos pertencentes a outras religiões e que dizem estar dispostos a mudarem de opinião: há 2,74 mais casos do que o esperado.

Destaca-se que, de acordo com as frequências, em todos os casos, a maior parte dos entrevistados está disposta a mudar de opinião diante de argumentos bem fundamentados – resultado que atesta valores mais democráticos. Todavia, o número de pessoas que respondeu *Nada disposto* é sempre maior do que o número de pessoas que respondeu *Muito disposto*.

¹⁴ Vinte e cinco entrevistados optaram por não responder a pelo menos uma das variáveis dispostas na tabela.

Tabela 4 – Disposição em mudar de opinião caso a pessoa com quem esteja debatendo apresente argumentos bem fundamentados

		Evangélicos	Católicos	Outras religiões	Nenhuma religião	Total
Nada disposto	Frequência (%)	160 (27,6%)	214 (29,9%)	66 (22,2%)	196 (25%)	636 (26,8%)
	RP	0,40	1,62	-1,51	-0,96	
Pouco disposto	Frequência (%)	165 (28,5%)	189 (26,4%)	61 (20,5%)	185 (23,6%)	600 (25,2%)
	RP	1,55	0,61	-1,61	-0,93	
Disposto	Frequência (%)	202 (34,9%)	240 (33,5%)	140 (47,1%)	307 (39%)	889 (37,4%)
	RP	-0,98	-1,69	2,74	0,78	
Muito disposto	Frequência (%)	52 (9%)	73 (10,2%)	30 (10,2%)	97 (12,4%)	252 (10,6%)
	RP	-1,19	-0,33	-0,26	1,51	
Total	Frequência (%)	579 (100%)	716 (100%)	297 (100%)	785 (100%)	2377 ¹⁵ (100%)

Qui-quadrado = 28,196 (0,001)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto Sivos (2020)

Os resultados apresentados na Tabela 5 se referem ao cruzamento entre as variáveis *Religião* e a concordância com a frase *É importante obedecer às leis e ao governo independentemente de os políticos no poder serem aqueles nos quais eu votei ou não*. A hipótese nula foi, novamente, rejeitada pelo Qui-quadrado.

Mais uma vez, os resíduos padronizados não são significativos para os evangélicos. As distribuições não são aleatórias somente entre aqueles que não pertencem a nenhuma religião: os resíduos foram positivos para indivíduos desse grupo que discordam totalmente (2,47) ou em parte com a frase (2,00) e negativos para aqueles que concordam totalmente com a frase (-3,19). Isto é, os entrevistados que não pertencem a nenhuma religião mostraram uma tendência menos democrática. Vale destacar que, de acordo com as frequências, a maior parte dos indivíduos, de todos os grupos religiosos, respondeu que concorda em parte ou que concorda totalmente que é importante obedecer às leis e ao governo, independentemente de quem esteja no poder.

¹⁵ Quarenta entrevistados optaram por não responder a pelo menos uma das variáveis dispostas na tabela.

Tabela 5 – Grau de concordância com a seguinte frase: *É importante obedecer às leis e ao governo independentemente de os políticos no poder serem aqueles nos quais eu votei ou não*

		Evangélico	Católico	Outras religiões	Nenhuma religião	Total
Discorda totalmente	Frequência (%)	59 (10,1%)	73 (10,2%)	27 (9,1%)	113 (14,4%)	272 (11,5%)
	RP	-0,92	-0,99	-1,18	2,47	
Discorda em parte	Frequência (%)	95 (16,3%)	118 (16,4%)	47 (15,8%)	163 (20,8%)	423 (17,7%)
	RP	-0,83	-0,84	-0,78	2,00	
Concorda em parte	Frequência (%)	220 (37,8%)	280 (38,9%)	107 (36%)	304 (38,7%)	911 (38,2%)
	RP	-0,18	0,31	-0,60	0,23	
Concorda totalmente	Frequência (%)	209 (35,8%)	248 (34,5%)	116 (39,1%)	205 (26,1%)	778 (32,6%)
	RP	1,35	0,87	1,93	-3,19	
Total	Frequência (%)	583 (100%)	719 (100%)	297 (100%)	785 (100%)	2384 ¹⁶ (100%)

Qui-quadrado = 32,584 (0,000)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto Sivis (2020)

A Tabela 6 expõe o cruzamento entre o grau de concordância com a frase *A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, independente das circunstâncias* e a variável *Religião*. O nível de significância do Qui-quadrado não ficou tão baixo quanto nos cruzamentos anteriores, mas ainda permite que a hipótese nula seja rejeitada, isto é, as variáveis apresentam uma relação de dependência.

Segundo os resíduos padronizados, o número de evangélicos que concorda totalmente com a frase é menor do que o esperado (-1,99), assim como o número de pessoas que pertencem a outras religiões é menor do que o esperado no que se refere à discordância parcial com a sentença (-2,08).

Olhando para as frequências, nota-se que a resposta mais recorrente entre os evangélicos foi *Concorda em parte*. No caso dos outros grupos, a maior parte dos entrevistados respondeu que concorda totalmente com a frase.

¹⁶ Trinta e três entrevistados optaram por não responder a pelo menos uma das variáveis dispostas na tabela.

Tabela 6 – Grau de concordância com a seguinte frase: *A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, independente das circunstâncias*

		Evangélicos	Católicos	Outras religiões	Nenhuma religião	Total
Discorda totalmente	Frequência (%)	68 (12%)	89 (12,6%)	36 (12,3%)	100 (13%)	293 (12,5%)
	RP	-0,34	0,03	-0,11	0,32	
Discorda em parte	Frequência (%)	114 (20,2%)	149 (21%)	38 (13%)	124 (16%)	425 (18,2%)
	RP	1,10	1,79	-2,08	-1,38	
Concorda em parte	Frequência (%)	201 (35,5%)	209 (29,5%)	90 (30,7%)	245 (31,7%)	745 (31,8%)
	RP	1,54	-1,09	-0,34	-0,07	
Concorda totalmente	Frequência (%)	183 (32,3%)	261 (36,9%)	129 (44%)	304 (39,3%)	877 (37,5%)
	RP	-1,99	-0,26	1,83	0,83	
Total	Frequência (%)	566 (100%)	708 (100%)	293 (100%)	773 (100%)	2340 ¹⁷ (100%)

Qui-quadrado = 22,807 (0,007)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto Sivos (2020)

A esta altura, percebe-se que, na cidade de São Paulo, os evangélicos entrevistados demonstraram posturas menos democráticas em três das cinco questões investigadas. Diante disso, e visando reforçar os achados apresentados até o momento, providencia-se um modelo de regressão linear múltipla para verificar, mais precisamente, a intensidade das relações entre ser evangélico e demonstrar posições menos democráticas. Tal relação é controlada por variáveis sociodemográficas e pela frequência de participação em atividades promovidas por grupos religiosos. Esse controle serve para verificar se o efeito da religião (no caso, ser evangélico) continua relevante mesmo na presença de variáveis adicionais que potencialmente podem afetar a variável dependente investigada (nesse caso, o Índice de Valores Democráticos - IVD).

Antes de descrever os achados do referido teste, é válido salientar que não se pretende, com isso, contemplar todas as características e fatores determinantes que podem influenciar os valores democráticos dos fiéis em questão. Ou seja, o objetivo aqui não é elaborar um modelo estatístico robusto que considere todo o universo de elementos que podem afetar o comportamento desse grupo religioso, mas sim promover um esforço para a sistematização dos resultados encontrados na primeira parte da investigação.

¹⁷ Setenta e sete entrevistados optaram por não responder a pelo menos uma das variáveis dispostas na tabela.

Isto posto, a Tabela 7 demonstra que a análise resultou em um modelo estatisticamente significativo. Mais exatamente, todas as variáveis inseridas na regressão se mostraram relevantes preditoras para os valores democráticos dos paulistanos. Em se tratando especificamente dos evangélicos, nota-se que o modelo proposto vai ao encontro dos achados anteriores uma vez que pertencer a alguma denominação evangélica produz um efeito estatisticamente significativo (0,008). O coeficiente não padronizado (B) indica que ser evangélico diminui em, aproximadamente, 0,44 os resultados apresentados pelos fiéis no IVD, o que corrobora os achados já indicados. Se avaliada somente a relação entre o índice e a religião dos entrevistados, identifica-se que, de fato, há uma tendência de os evangélicos exibirem posições menos democráticas.

Tabela 7 – Efeito das variáveis independentes sobre o Índice de Valores Democráticos

Preditores	B	Beta	Sig.
(Constante)	10,532 (0,250)	-	0,000
Religião: Evangélico	-0,438 (0,165)	-0,056	0,008
Frequência em atividades religiosas	0,275 (0,045)	0,128	0,000
Escolaridade: Ensino superior	1,780 (0,159)	0,240	0,000
Renda	0,727 (0,065)	0,243	0,000
Idade	-0,013 (0,004)	-0,060	0,002
Sexo: Masculino	0,585 (0,131)	0,087	0,000
R ² = 0,200 N = 2190			

Nota: erro padrão em parênteses.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto Sivos (2020).

Entretanto, quando são comparados os efeitos de todas as variáveis (por meio do coeficiente padronizado – Beta), constata-se que os melhores preditores para os valores democráticos são escolaridade e renda. Quando comparados com os demais preditores, possuir ensino superior eleva em 0,24 desvio-padrão o IVD dos respondentes. Sobre a renda dos entrevistados, percebe-se que um avanço nas categorias dessa variável provoca uma elevação de, aproximadamente, 0,73 nos valores do IVD. Quando considerada a comparação entre todas as

variáveis (Beta), uma elevação de um desvio-padrão na variável renda promove uma elevação de 0,243 desvio-padrão no índice.

A frequência de participação em eventos religiosos e o sexo dos entrevistados também exercem influência positiva sobre os valores democráticos que compõem o índice. Os resultados indicam que indivíduos que frequentam com maior regularidade eventos promovidos por grupos religiosos apresentam maiores valores no IVD. Mais exatamente, segundo os valores não padronizados (B), a cada avanço nas categorias da variável em tela há uma elevação de 0,275 nos valores encontrados no IVD. A variável sobre sexo indica que pertencer ao sexo masculino eleva em 0,585 os valores encontrados no índice, de acordo com a coluna de valores não padronizados (B). Quando se considera a comparação entre as variáveis (Beta), porém, o sexo dos respondentes demonstra ser menos relevante que as demais, apresentando uma elevação de 0,087 desvio-padrão.

A variável *Idade* também se mostra uma preditora relevante. Nesse caso, observa-se que para um aumento de um desvio-padrão na idade dos respondentes, em média, espera-se uma diminuição de 0,06 desvio-padrão no IVD. Quando se deixa de lado a comparação com as outras variáveis e se analisa somente o coeficiente não padronizado (B), percebe-se que a cada ano a mais de idade os valores identificados no índice diminuem em 0,01. Ou seja, embora o efeito seja pequeno, os mais jovens tendem a exibir posições mais democráticas. De modo geral, o modelo apresentado contribui com a explicação de 20% dos resultados dispostos no Índice de Valores Democráticos em tela (R^2).

Na próxima seção os achados são discutidos à luz da literatura especializada.

6. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi verificar em que medida o pertencimento a alguma denominação evangélica afeta os valores democráticos dos fiéis paulistanos. A primeira parte dos resultados demonstrou que a adesão a todos os valores aqui analisados está associada à religião dos respondentes. Tratando-se especificamente dos evangélicos, suas opiniões se mostraram menos democráticas em três das cinco dimensões investigadas: 1) aceitar indivíduos com opiniões políticas e morais opostas; 2) dialogar com pessoas que possuem opiniões políticas divergentes; e 3) concordar que a democracia é sempre a melhor forma de governo, independente das circunstâncias (destaca-se que, nesse caso, o resíduo padronizado é de -1,99, muito próximo do limite crítico).

As duas primeiras dimensões apontadas acima podem estar relacionadas com os níveis de tolerância presentes nos segmentos religiosos avaliados (Ribeiro e Fuks, 2019; Smith, 2019;

Gibson, 2011). Embora o comportamento dos evangélicos na primeira dimensão não tenha se diferenciado muito dos católicos (que também apresentaram uma tendência menos democrática), no que concerne à segunda indagação, os evangélicos se mostraram menos democráticos do que todas as outras categorias religiosas consideradas no teste (católicos, indivíduos de outras religiões ou sem religião) – tendo em vista tanto os resíduos padronizados quanto as frequências identificadas. Ou seja, os evangélicos paulistanos apresentaram uma predisposição ligeiramente mais acentuada em não dialogar com pessoas que possuam posições políticas distintas das suas.

De modo geral, esses resultados estão em consonância com o estudo de Smith (2019), especialmente ao evidenciar a propensão desse grupo religioso em evitar aproximações com indivíduos que demonstram opiniões muito divergentes. Outros autores também destacam a existência de certo dualismo na forma como alguns evangélicos lidam com a sociedade (Mariano, 2014; Freston, 1995). Em algumas denominações, por exemplo, é comum haver uma relação de significativa oposição a certos valores e costumes presentes em outros segmentos sociais, o que enseja, muitas vezes, um comportamento de “nós contra eles” ou dos fiéis contra “as coisas do mundo” (Smith, 2019; Mariano, 2014; Foerster, 2006). São necessárias pesquisas mais aprofundadas para se compreender a relação entre práticas específicas de algumas denominações e os valores democráticos que seus fiéis apresentam. Todavia, fatores como o dualismo presente em algumas igrejas (Freston, 1995) e a sensação de pertencer a um grupo constantemente ameaçado por valores e costumes “mundanos” (Mariano, 2014) podem ser elementos que estimulam os fiéis de algumas denominações a evitarem aproximações com indivíduos que apresentam posturas muito distintas daquelas que caracterizam parte desse segmento (Campos, 2011; Foerster, 2006).

No que diz respeito ao apoio normativo ao regime democrático, embora os evangélicos tenham evidenciado ligeira tendência em não concordar totalmente com a afirmação de que a democracia é sempre a melhor forma de governo, o valor do resíduo (-1,99) se mostrou muito próximo do limite crítico (-1,96). Além disso, se considerados somente os percentuais da distribuição de casos na Tabela 6, nota-se que, de fato, os evangélicos não se diferenciaram muito dos demais respondentes. Em todas as categorias analisadas, o número de indivíduos que concordaram parcial ou totalmente com a afirmação citada acima superou o valor de 60%, inclusive entre os fiéis evangélicos – apenas os entrevistados da categoria *Outras religiões* apresentaram valor um pouco acima dos demais, com cerca de 75% concordando parcial ou totalmente com a afirmação. Portanto, em geral, o apoio normativo à democracia entre os evangélicos paulistanos não se diferencia muito do suporte oferecido ao regime pelo restante da população (Casalecchi, 2018; Fuks et al., 2016; Moisés, 2013).

Com o objetivo de sistematizar as informações adquiridas na primeira parte da pesquisa e visando mensurar, mais precisamente, a relação entre religião e valores democráticos, providenciou-se uma regressão linear múltipla. Para isso, criou-se um Índice de Valores

Democráticos (IVD) composto pelas cinco dimensões verificadas no primeiro momento do estudo – o IVD se trata de um índice que vai de 5 a 21, quanto maior a pontuação do entrevistado mais democráticas foram suas posições. Enquanto o IVD foi a variável dependente analisada, um conjunto de outras variáveis independentes (religião) e de controle (p. ex. escolaridade) foram selecionadas para a investigação.

A análise multivariada reforçou os achados já indicados na primeira parte: pertencer a alguma denominação evangélica contribuiu com uma redução de, aproximadamente, 0,44 nos resultados dos fiéis no IVD. Isto é, existe, de fato, uma certa tendência por parte dos evangélicos paulistanos em se vincularem a posições pouco relacionadas a valores considerados importantes ao ambiente democrático, em especial àqueles vinculados à tolerância política (Gibson, 2011; Ribeiro e Fuks, 2019; Smith, 2019). Em resumo, esses resultados oferecem subsídios para as perspectivas presentes na literatura que salientam a oposição de grupos evangélicos a segmentos que possuam valores políticos e morais divergentes (Smith, 2019; Carbonelli, 2016; Machado, 2012; Bohn, 2004).

É importante acentuar, contudo, que, quando comparada com as demais variáveis inseridas no modelo, a religião não se mostrou a característica mais importante para explicar os valores identificados no IVD. Em consonância com diversos estudos que comprovam a relevância da educação e da renda para o desenvolvimento de valores democráticos (Norris e Inglehart, 2019; Casalecchi, 2018; Inglehart e Welzel, 2009; Moisés, 1995; Almond e Verba, 1989), as variáveis relacionadas a esses dois fatores foram as que apresentaram maiores efeitos sobre o IVD. Pessoas com ensino superior e entrevistados pertencentes a camadas de maior renda da população paulistana demonstraram forte tendência em apresentar maiores valores no índice em questão. A variável sexo também confirma achados anteriores: indivíduos do sexo masculino tendem a apresentar opiniões mais democráticas (Casalecchi, 2018; Moisés, 2008).

No que se refere à idade dos respondentes, os paulistanos mais jovens apresentaram tendência a serem mais democráticos – resultado que se contrapõe a achados anteriores que indicaram que, no Brasil e em outras regiões da América Latina, os mais velhos são mais adeptos à democracia (Casalecchi, 2018; Paulino, 2016; Moisés, 2008). Uma possível explicação para isso pode estar na teoria do desenvolvimento humano, proposta por Inglehart e colaboradores (Inglehart e Welzel, 2009). De acordo com essa perspectiva, sociedades pós-industriais vêm passando por um gradativo e lento processo de mudança valorativa. Ou seja, uma vez atendidas as necessidades de sobrevivência dos membros de uma dada população, os indivíduos deixariam de se ater a valores materialistas (voltados para a segurança econômica e ao respeito às autoridades, por exemplo) e passariam a priorizar valores de autoexpressão (como aqueles relacionados às liberdades individuais e aos direitos humanos). Essa transição seria ainda mais marcante entre as camadas mais jovens, urbanas e escolarizadas da sociedade que, por sua vez, também apresentariam posturas mais democráticas (Norris e Inglehart, 2019; Inglehart e Welzel,

2009). Sabe-se que o número de pós-materialistas ainda é restrito no Brasil, uma vez que a segurança física e material não é uma questão superada em todo o país (Ribeiro, 2008). Todavia, visto que este trabalho analisa o caso da cidade de São Paulo, que possui níveis maiores de renda e escolaridade¹⁸, defende-se que essa perspectiva pode ajudar a explicar por que os paulistanos mais jovens tendem a ser mais democráticos.

Por conseguinte, chama a atenção o fato de a frequência de participação em eventos religiosos estar associada positivamente ao IVD. Deste modo, aqueles que participam de cerimônias religiosas com maior frequência tendem a apresentar opiniões mais democráticas. Além de estar alinhada com a perspectiva de que organizações religiosas podem fomentar a participação, o engajamento político e o desenvolvimento de habilidades cívicas dos fiéis (Walter, 2019; Ribeiro e Walter, 2017; Putnam, 2015; Verba, Scholzman e Brady, 1995), esse resultado reforça a baixa relevância da variável referente ao pertencimento a denominações evangélicas, em comparação com os demais preditores inseridos no modelo – especialmente renda e escolaridade.

Entretanto, o efeito positivo da frequência em eventos religiosos sobre os valores democráticos levanta uma questão especificamente no que diz respeito aos evangélicos. No Brasil, a comunidade evangélica se destaca por ser um dos grupos religiosos que mais frequentam as atividades de suas igrejas (Mariano, 2014; Moreira, 2013) – essa característica também está presente na base de dados utilizada neste estudo. Porém, mesmo assim, o efeito da variável sobre o pertencimento a denominações evangélicas demonstrou resultado negativo sobre os valores democráticos. Esse achado vai ao encontro do trabalho de Walter (2019), que também identificou um efeito negativo das denominações religiosas sobre a participação política dos fiéis em manifestações e protestos, enquanto a frequência de comparecimento em atividades religiosas, chamada de “ativismo religioso” pela autora, evidenciou efeito positivo. A pesquisadora explica esse “paradoxo” argumentando que, ao inserir ativismo religioso e denominação em um mesmo modelo, o efeito de uma variável é controlado pela outra. Diante disso, “as denominações diminuem a chance de ativismo de protesto, mas entre os membros de uma mesma afiliação religiosa o ativismo tem efeito positivo” (2019:124).

Com base nisso, buscou-se verificar a existência de diferenças nos valores apresentados no IVD entre os evangélicos que se mostraram mais ativos e aqueles que alegaram comparecer a eventos religiosos com menos frequência. O intuito foi analisar se um evangélico ativo tenderia a ser mais democrático do que um fiel inativo. Os resultados, no entanto, não apresentaram diferenças estatisticamente significativas ($p\text{-value}=0,304$). Sendo assim, acredita-se que uma

¹⁸ Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do Brasil era 0,727 – 0,816 (longevidade), 0,637 (educação) e 0,739 (renda). A cidade de São Paulo, por sua vez, apresentou IDHM de 0,805 – 0,855 (longevidade), 0,725 (educação) e 0,843 (renda). Para mais, ver: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.

possível explicação está no perfil socioeconômico do evangélicos entrevistados. Embora estudos recentes tenham demonstrado que não existem profundas diferenças de escolaridade e renda entre os evangélicos e os outros grupos religiosos do país – salvo os espíritas – (Moreira, 2013), foi possível identificar distinções significativas nesse sentido na base de dados que sustenta esta investigação. Foram encontradas associações estatisticamente significativas entre escolaridade, renda e religião (p -value=0,000). Mais exatamente, os evangélicos paulistanos estão alinhados às parcelas de menor renda e escolaridade dos residentes do município. Uma vez que essas duas variáveis socioeconômicas têm um efeito positivo sobre os valores democráticos, argumenta-se que o efeito negativo da denominação possa estar sendo influenciado pelas características socioeconômicas dos evangélicos analisados.

Vale salientar, por fim, que, assim como os evangélicos, os paulistanos católicos também apresentaram opiniões menos democráticas no que tange a aceitar indivíduos que possuem opiniões políticas e morais opostas. Em contrapartida, os paulistanos que seguem outras religiões apresentaram valores mais democráticos: tendem a aceitar e a dialogar com pessoas que possuam opiniões divergentes, estão mais dispostos a mudar de opinião diante de argumentos bem fundamentados e tendem a discordar menos que a democracia é a melhor forma de governo. Aqueles que dizem não pertencer a nenhuma religião também aceitam e dialogam mais com pessoas de opiniões distintas – contudo, apresentam opiniões menos democráticas no que concerne a obedecer às leis e ao governo, independente de quem esteja no poder.

Portanto, a resposta à questão de pesquisa que orientou o estudo ora apresentado – *em que medida o pertencimento a alguma denominação evangélica afeta a anuência dos fiéis paulistanos a valores essenciais ao ambiente democrático?* – pode ser a seguinte: embora o pertencimento a alguma denominação evangélica tenha exercido efeito negativo sobre os valores democráticos dos fiéis paulistanos (sobretudo no âmbito da tolerância política), esses efeitos não se mostraram mais relevantes do que aqueles já identificados pela literatura especializada no que se refere às variáveis socioeconômicas (Casalecchi, 2018; Inglehart e Welzel, 2009; Moisés, 2008; Almond e Verba, 1989). Ou seja, embora religião se apresente como variável significativa a ser considerada, educação e boas condições financeiras continuam sendo importantes preditores para o desenvolvimento de valores fundamentais à democracia (Moreira, 2013; Patterson, 2004).

Ressalte-se que futuras investigações podem ampliar o debate sobre religião, política e democracia no Brasil tendo em vista um conjunto mais amplo de informações sobre o universo religioso nacional e sobre o papel exercido por instituições eclesásticas no comportamento político dos fiéis. Ademais, é importante que novos trabalhos considerem, também, as diferenças entre as várias denominações que compõem o universo protestante/pentecostal no Brasil.

7. REFERÊNCIAS

- Almeida, Ronaldo e Montero, Paula. 2001. Trânsito religioso no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, 15(3): 92-101.
- Almeida, Ronaldo. 2004. Religião na metrópole paulista. *Estudos Avançados*, 19(56): 15-27.
- Almond, Gabriel A. e Verba, Sidney. 1989. *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. California: SAGE Publications.
- Alves, Mércia e Cassotta, Priscilla L. 2020. Políticos de Deus: análise das campanhas de evangélicos eleitos para Deputado Federal por São Paulo (2010, 2014 e 2018). *Revista Debates*, 14(1): 36-59.
- Azevedo, Dermi. 2004. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Estudos Avançados*, 18(52): 109-120.
- Babbie, Earl. 2003. *Métodos de pesquisa de Survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Baquero, Marcello. 2008. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, 14(2): 380-413.
- Baquero, Marcello. 2003. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia Política*, (21): 83-108.
- Bebbington, David, W. 1989. *Evangelicalism in modern Britain: A history from the 1730s to the 1980s*. London: Unwin Hyman.
- Bohn, Simone R. 2007. Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006). *Opinião Pública*, 13(2): 366-387
- Bohn, Simone R. 2004. Evangélicos no Brasil: Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, 10(2): 288-338.
- Borges, Tiago D. P.; Babireski, Flávia. R. e Bolognesi, Bruno. 2017. No voto e na fé: bases sociais e estratégias eleitorais dos candidatos evangélicos nas eleições de 2016 em Curitiba. Caxambu, 41º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.
- Campos, Leonildo S. 2011. Pentecostalismo e Protestantismo "Histórico" no Brasil: um século de conflitos, assimilação e mudanças. *Horizonte*, 9(22): 504-533.
- Canetti-Nisim, Daphna. 2004. The effect of religiosity on endorsement of democratic values: the mediating influence of authoritarianism. *Political Behavior*, 26 (4): 377-398.
- Carbonelli, Marcos. 2016. Los evangélicos y la arena partidaria en la Argentina contemporánea. *Estudios Políticos*, 37: 193-219.

- Casalecchi, Gabriel Ávila. 2018. *Legado democrático e apoio à democracia na América Latina: evidências e mecanismos explicativos*. Curitiba: Editora UFPR.
- Casalecchi, Gabriel Ávila; David, Flávia F. e Quaresma, Guilherme. 2013. Repensando a adesão à democracia no Brasil. Curitiba, III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política.
- Cassotta, Priscilla L. 2019. *Partido Social Cristão: organização e distribuição do poder*. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos.
- Cerqueira, Claudia. 2017. *Igreja como partido: capacidade de coordenação eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus*. Tese de doutorado, Fundação Getúlio Vargas.
- Cervi, Emerson U. 2014. *Análise de dados categóricos em Ciência Política*. Curitiba: Pós-graduação em Comunicação e Pós-graduação em Ciência Política.
- Dalton, Russell J.; Shin, Doh C. e Jou, Willy. 2007. Understanding Democracy: Data from Unlikely Places. *Journal of Democracy*, 18(4): 142-156.
- Downs, Anthony. 1999. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp.
- Easton, David. 1968. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Feitoza, Pedro. 2019. Historical trajectories on Protestantism in Brazil, 1810-1960. In: E. Miller e R. J. Morgan (Eds.), *Brazilian Evangelicalism in the Twenty-First Century*. [S.l.]: Palgrave Macmillan.
- Foerster, Norbert H. C. 2006. Poder e política na Congregação Cristã no Brasil: um pentecostalismo na contramão. *Ciências Sociais e Religião*, 8(8): 121-138.
- Fuks, Mario e Casalecchi, Gabriel Avila. 2018. Expandindo o conceito de competência política: conhecimento político e atitudes democráticas na América Latina. *Revista de Sociologia Política*, 26(68): 61-74.
- Fuks, Mario; Casalecchi, Gabriel Avila; Gonçalves, Guilherme Quaresma e David, Flávia Felizardo. 2016. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? *Revista Brasileira de Ciência Política*, (19): 199-219.
- Freston, Paul. 2001. Brazil. In: P. Freston, *Evangelicals and politics in Africa, Asia and Latin America*. New York: Cambridge University Press.
- Freston, Paul. 1995. Pentecostalism in Brazil: A Brief History. *Religion*, 25(2): 119-133.
- Gibson, James L. 2011. Political intolerance in the context of democratic theory. In: Robert E. Goodin (Ed.). *The Oxford handbook of political science*. Oxford: Oxford University Press.
- Jacob, Cesar R. et al. 2004. A diversificação religiosa. *Estudos avançados*, 18(52): 9-11.
- Jelen, Ted G. 1995. Religion and the American political culture: alternative models of citizenship and discipleship. *Sociology of Religion*, 56(3): 271 – 284.

- Jones-Correa, Michael A. e Leal, David L. 2001. Political participation: does religion matter? *Political Research Quarterly*, 54(4): 751-770.
- Inglehart, Ronald. 1977. *The silent revolution*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald e Welzel, Christian. 2009. *Modernização, Mudança Cultural e Democracia: a Sequência do Desenvolvimento Humano*. São Paulo: Francis.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. 2010. Censo Demográfico 2010 - *Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*.
- Kellstedt, Paul M. e Whitten, Guy D. 2015. *Fundamentos da pesquisa em Ciência Política*. São Paulo: Blucher.
- Lacerda, Fábio. 2017. Evangelicals, Pentecostals and political representation in brazilian legislative elections (1998-2010). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(93): 1-23.
- Lacerda, Fábio. 2016. Pentecostais, Clientelismo e Política: uma avaliação da literatura sobre América Latina e Brasil. *Leviathan*, (12): 1-44.
- Layman, Geoffrey C. 1997. Religion and political behavior in the United States: the impact of beliefs, affiliations, and commitment from 1980 to 1994. *Public Opinion Quarterly*, 61(2): 288-316.
- Lazzari, Eduardo A. 2016. Adesão à democracia: uma revisão literária das hipóteses presentes na cultura política. *BIB*, (79): 57-82.
- Levitsky, Steven e Ziblatt, Daniel. 2018. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Machado, Maria das D. C. 2012. Religião, cultura e política. *Religião e Sociedade*, 32(2): 29-56.
- Machado, Maria das D. C. e Burity, Joanildo. 2014. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 57(3): 601 a 631.
- Mariano, Ricardo e Pierucci, Antônio F. 1992. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, 3(34): 92-106.
- Mariano, Ricardo. 2004. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, 18(52): 121-138.
- Mariano, Ricardo. 2014. *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil* (5ªed.). São Paulo: Edições Loyola.
- Marquart-Pyatt, Sandra e Paxton, Pamela. 2007. In Principle and in Practice: Learning Political Tolerance in Eastern and Western Europe. *Political Behavior*, 29: 89-113.
- Meneguello, Rachel. 2013. As Bases do Apoio ao Regime Democrático no Brasil. In: Moisés, José Álvaro e Meneguello, Rachel (Orgs.). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EDUSP.

- Meneguello, Rachel. 2006. Aspects of democratic performance: democratic adherence and regime evaluation in Brazil. *International Review of Sociology*, 16 (3): 617-635.
- Miranda, Danilo S. 2000. Reflexões sobre o papel da cultura na cidade de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, 14(4): 105-110.
- Moisés, José Álvaro. 2019. On the Crisis of Democracy. *Journalism and Mass Communication*, 9(1): 33-52.
- Moisés, José Álvaro. 2013. Os significados da democracia segundo os brasileiros. In: Moisés, José Álvaro e Meneguello, Rachel (Orgs.). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EDUSP.
- Moisés, José Álvaro. 2008. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(66): 11-43.
- Moisés, José Álvaro. 2005a. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, 11(1): 33-63.
- Moisés, José Álvaro. 2005b. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova*, 65:71-94.
- Moisés, José Álvaro. 1995. *Os Brasileiros e a Democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática.
- Moisés, José Álvaro e Carneiro, Gabriela Piquet. 2008. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil. *Opinião Pública*, 14(1): 1-42.
- Montero, Paula. 2006. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, (74): 47-65.
- Moreira, Thatianne A. 2013. *Religious Politics: An Individual Level-Examination of the Political Implications of Faith in Brazil*. Tese de Doutorado, Universidade do Mississippi.
- Norris, Pipa. 1999. *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press.
- Norris, Pipa e Inglehart, Ronald. 2019. *Cultural backlash: Trump, Brexit and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Norris, Pipa e Inglehart, Ronald. 2011. *Sacred and Secular: religion and politics worldwide* (2ªed). New York: Cambridge University Press.
- Novaes, Regina R. 2001. A divina política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política. *Revista USP*, (49): 60-81.
- Oro, Ari P. 2003. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(53): 53-69.

- Ortunes, Leandro; Martinho, Silvana e Chaia, Vera. 2019. Lideranças políticas no Brasil: da Teologia da Libertação ao Neofundamentalismo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (28): 195-232.
- Patterson, Eric. 2004. Different Religions, Different Politics? Religion and Political Attitudes in Argentina and Chile. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 43(3): 345-362.
- Paulino, Rafael O. 2016. *Gerações e atitudes políticas: uma análise da adesão à democracia na América Latina*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Peres, Paulo S. 2008. Comportamento ou Instituições? A evolução do neo-institucionalismo na Ciência Política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(68): 53-71.
- Pierucci, Antônio F. 2004. "Bye bye, Brasil" – O declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Estudos Avançados*, 18(52): 17-28.
- Pierucci, Antônio F. 2011. Eleições 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. *Novos Estudos Cebrap*, (89): 5-15.
- Pollack, Detlef. 2015. Varieties of secularization theories and their indispensable core. *The Germanic Review: Literature, Culture, Theory*, 90(1): 60-79.
- Prandi, Reginaldo. 2003. As religiões afro-brasileiras e seus seguidores. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 3(1): 15-33.
- Putnam, Robert. 2015. *Jogando boliche sozinho: Colapso e ressurgimento da coletividade americana*. Curitiba: Instituto Atuação.
- Putnam, Robert. 1993. *Making Democracy Work. Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Ribeiro, Ednaldo Aparecido. 2008. Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná.
- Ribeiro, Ednaldo Aparecido. 2007. Bases da legitimidade democrática no Brasil: adesão a valores e avaliação de desempenho. *Opinião Pública*, 12(1): 74-96.
- Ribeiro, Ednaldo Aparecido e Borba, Julian. 2019. Tolerância política no Brasil recente: evolução de indicadores e condicionantes. *Caderno CRH*, 32(87): 641-657.
- Ribeiro, Ednaldo Aparecido e Fuks, Mário. 2019. Tolerância política no Brasil. *Opinião Pública*, 25(3): 531-555.
- Ribeiro, Ednaldo Aparecido e Walter, Alice V. N. P. 2017. Religião e participação política: instituições religiosas e o desenvolvimento de habilidades cívicas. *Revista Debates*, 11(1): 137-158.
- Rodrigues, Guilherme A. e Fuks, Mário. 2015. Grupos sociais e preferência política: o voto evangélico no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30(87): 115-128.

- Rodrigues-Silveira, Rodrigo e Cervi, Emerson U. 2019. Evangélicos e voto legislativo: Diversidade confessional e voto em deputados da bancada evangélica no Brasil. *Latin American Research Review*, 54(3): 560–573.
- Santos, Everton Rodrigo; Hoffman, Fábio e Duarte, Scarleth. 2020. A (des)confiança dos brasileiros na democracia. *Revista Opinião Jurídica*, (27): 170-191.
- Schedler, Andreas e Sarsfield, Rodolfo. 2007. Democrats with adjectives: Linking direct and indirect measures of democratic support. *European Journal of Political Research*, 46:637-659.
- Silva, Luis Gustavo T. 2017. Religião e política no Brasil. *Revista de Estudios Latinoamericanos*, 64: 223-256.
- Silva, Vagner G. 2007. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. *Mana*, 13(1): 207-236.
- Smith, Amy E. 2019. *Religion and brazilian democracy: Mobilizing the People of God*. Cambridge, UK; New York, NY: Cambridge University Press.
- Stockemer, Daniel. 2019. *Quantitative Methods for the Social Sciences*. Switzerland: Springer.
- Sullivan John L. e Transue, John, E. 1999. The psychological underpinnings of democracy: A Selective Review of Research on Political Tolerance, Interpersonal Trust, and Social Capital. *Annual Review of Psychology*, 50:625-650.
- Tanaka, Marcela G. 2018. *O voto da fé: comportamento eleitoral e recrutamento partidário dos deputados estaduais evangélicos em São Paulo (2002-2014)*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- The Economist Intelligence Unit. 2020. *Democracy Index 2019: A year of democratic setbacks and popular protest*.
- Urtubia, Luis Orellana; Colombo, Claudio e Rojas, Zicri Orellana. 2019. Los pentecostales en Chile: sus principales representaciones sociales en el siglo XX. *Religião e Sociedade*, 39(3): 82-99.
- Verba, Sidney; Schlozman, Kay L. e Brady, Henry E. 1995. *Voice and equality*. Cambridge: Harvard University Press.
- Walter, Alice V. N. P. 2019. *Efeitos do ativismo e do contexto religioso na participação política dos latino-americanos*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná.